

EDMÉRI'S

A MARCHA DAS CIVILIZAÇÕES

A CIDADE ANTIGA

FUSTEL DE COULANGES

R^o. Deixou de ser o deus, e desceu para a condição de a car, de instrumento para o sacrifício. Foi encarregado de queimar a carne da vítima, e de levar a oferenda, juntamente com a prece do homem, à divindade majestosa, cuja estátua residia no interior do templo.

Quando vemos levantarem-se êsses templos, abrindo as portas diante de uma multidão de adoradores, podemos ter a certeza de que a inteligência humana e a sociedade cresceram.

CAPÍTULO III

FCRMA-SÉ A CIDADE

A tribo, como a família e a fratria, estava constituída para ser um corpo independente, porque tinha culto especial, do qual os estranhos eram excluídos. Uma vez formado, nenhuma nova família podia ser nella admitida. Duas tribos também não podiam fundir-se em uma: a religião opunha-se a isso. Mas, assim como várias fratrias se haviam unido em uma tribo, várias tribos puderam associar-se entre si, com a condição de que o culto de cada uma fosse respeitado. No dia em que se fêz essa aliança, a cidade começou a existir.

Pouco importa procurar a causa que determinou a união de tribos vizinhas. As vêzes a união foi voluntária, às vêzes foi imposta pela força superior de uma tribo, ou pela vontade poderosa de um homem. O que é certo é que foi ainda o culto que constituiu o vínculo dessa nova associação. As tribos que se agruparam, para formar uma cidade, jamais deixaram de acender o fogo sagrado e de instituir uma religião comum.

Assim a sociedade humana, nessa raça, não cresceu como um círculo, que se estenderia pouco a pouco, vencendo progressivamente. Pelo contrário, são pequenos grupos, há muito constituídos, que se agregaram uns aos outros.

Várias famílias formaram a fratria, várias fratrias formaram a tribo, várias tribos formaram a cidade. Família, fratria, tribo, cidade, são, portanto, sociedades exatamente semelhantes entre si, nascidas uma da outra, por uma série de federações.

Convém notar que, à medida que êsses diferentes grupos se associavam assim entre si, nenhum deles, todavia, perdia sua individualidade ou independência. Embora várias famílias se unissem em uma fratria, cada uma delas continuava constituída como na época em que viviam isoladas; nada era mudado, nem o culto, nem o sacerdócio, nem o direito de propriedade, nem a justiça interior. As círulas uniram-se depois, mas cada uma conservava seu próprio culto, suas reuniões, suas festas, seu chefe. Da tribo passou-se à cidade, mas nem por isso aquelas se dissolveram, e cada uma delas continuou a formar corpo à parte, quase como se a cidade não existisse. Na religião subsistia uma multidão de pequenos cultos, acima dos quais estabeleceu-se um culto comum; em política, uma multidão de pequenos governos continuava a funcionar, e acima dêles levantou-se um governo comum.

A cidade era uma confederação. Por essa razão foi obrigada, pelo menos durante muitos séculos, a respeitar a independência religiosa e civil das tribos, das círulas e das famílias; e por isso, a princípio, não teve o direito de intervir nos negócios particulares dessas pequenas entidades. Ela nada tinha a ver com o que se passava no inferior de uma família; não era juiz do que acontecia; deixava ao pai o direito de julgar a mulher, o filho, os clientes. É por essa razão que o direito privado, que havia sido fixado na época de isolamento entre as famílias, não pode subsistir nas cidades, e não foi modificado senão muito mais tarde.

Esse modo de formação das cidades antigas é atestado por costumes que duraram muito tempo. Se observarmos o exército da cidade, nos primeiros tempos, vemo-lo dividido em tribos, em círulas, em famílias (1), “de tal

sorte — diz um antigo — que o guerreiro tinha por vizinho no combate aquêle com quem, em tempos de paz, fazia a libaçâo e oferecia sacrifícios no mesmo altar (2).” — Se observarmos o povo reunido, nos primeiros séculos de Roma, vemo-lo votar por círulas e por gentes (3). Se observarmos o culto, vemos em Roma seis vestais, duas para cada tribo; em Atenas, o arconte faz a maior parte dos sacrifícios em nome de toda a cidade, mas restam ainda algumas cerimônias religiosas, que devem ser realizadas, em comum pelos chefes das tribos (4).

Destarte a cidade não é um ajuntamento de indivíduos: é uma confederação de vários grupos, constituídos antes dela, e que ela deixa subsistir. Lemos nos oradores áticos que cada ateniense faz parte, ao mesmo tempo, de quatro sociedades distintas: é membro de uma família, de uma fratria, de uma tribo e de uma cidade. Não entra ao mesmo tempo e no mesmo dia em todas as quatro, como o francês que, no momento do nascimento, pertence ao mesmo tempo a uma família, a uma comuna, a um departamento e a uma pátria. A fratria e a tribo não são divisões administrativas. O homem ingressa em épocas diversas nessas quatro sociedades, e de um modo ou de outro passa de uma para outra. A criança, a princípio, é admitida na família, pela cerimônia religiosa celebrada dez dias depois do nascimento. Alguns anos depois, ingressa na fratria, por nova cerimônia, que descrevemos acima. Enfim, na idade de dezenas anos, ou de dezoito, apresenta-se para ser admitido na cidade. Nesse dia, na presença do altar, e diante das carnes fumegantes de uma vítima, faz um juramento, mediante o qual se obriga, entre outras coisas, a respeitar para sempre a religião da cidade (5). A partir desse instante está iniciado no culto público, e se torna cidadão (6). Observemos êsse

(2) Dionísio de Halicarnasso, II, 23.

(3) Aulo Gélio, XV, 27.

(4) Pôlux, VIII, 111.

(5) Pôlux, VIII, 105-106.

(6) Iseu, *De Cironis hered.*, 19; *Pro Euphileto*, 3. Demóstenes, *In Eubulidem*, 46. A necessidade de ser inscrito em uma fratria, antes de fazer parte da cidade, deriva da lei citada por Dinarca (*Oratores attici*, coll. Didot, t. II, p. 462, fr. 82).

jovem ateniense, subindo de degrau em degrau, de culto em culto, e teremos a imagem das épocas pelas quais a sociedade humana passou. O caminho que êsse jovem é obrigado a trilhar é o mesmo que antes dêle trilhou a sociedade.

Um exemplo tornará esta verdade mais clara. Restam-nos das antiguidades de Atenas bastantes tradições e lembranças para que possamos ver com alguma nitidez como se formou a cidade ateniense. Na origem, diz Plutarco, a Ática estava dividida por famílias (7). Algumas dessas famílias da época primitiva, como os Eumópidas, os Gefirenses, os Fitálidas, os Laquidas, perpetuaram-se até as idades seguintes. A cidade ateniense não existia ainda; mas cada família, rodeada desses ramos mais novos, e de seus clientes, ocupava um canto, onde vivia em absoluta independência. Cada uma tinha religião própria: os Eumópidas, fixados em Elêusis, adoravam Deméter; os Cecrópidas, que habitavam o rochedo onde mais tarde surgiu Atenas, tinham como divindades protetoras Poseidon e Atenas. Ao lado, sobre a pequena colina do Areópago, o deus protetor era Ares; em Maratona, era um Hércules; em Prásias, um Apolo; outro Apolo em Flíias, os Dioscuros em Cefalônia, e assim por todos os outros cantões (8).

Cada família, além do deus e do altar, tinha também um chefe. Quando Pausânias visitou a Ática, encontrou nos pequenos burgos tradições antigas, que se haviam perpetuado com o culto; ora, essas tradições ensinaram-lhe que cada burgo tivera um rei antes da época em que Cécrops reinava em Atenas (9). Não seria a lembrança de uma época longínqua, onde essas grandes famílias patriarcais, semelhantes aos clãs célticos, tinham cada uma um chefe hereditário, que era ao mesmo tempo juiz e sacerdote? Uma centena de pequenas sociedades viviam, portanto, isoladas no país, sem haver entre elas laço religioso ou político, cada uma com seu território, querendo-se freqüentemente; enfim, a tal ponto separadas

umas das outras, que o casamento entre seus membros nem sempre era permitido (10).

Mas as necessidades ou os sentimentos aproximaram-nas. Insensivelmente, uniram-se em pequenos grupos, de quatro e de seis. Assim vemos nas tradições que os quatro burgos da planície de Maratona se associaram para adorar em conjunto a Apolo Delfiniano; os homens do Pireu, de Falera, e de dois cantões vizinhos, uniram-se por sua vez, e construíram em comum um templo dedicado a Hércules (11). Com os anos, essa centena de pequenos estados reduziu-se a doze confederações. Essa mudança, pela qual a população da Ática passou do estado de família patriarcal a sociedade um pouco mais ampla, foi atribuído pela lenda aos esforços de Cécrops; por isso devemos apenas entender que tal transformação só foi terminada na época em que se colocou o reinado desse personagem, isto é, pelo século décimo-sexto de nossa era. Vemos, aliás, que Cécrops não reinou senão sobre uma das doze associações, a que mais tarde foi Atenas; as outras onze eram completamente independentes; cada uma tinha seu deus protetor, seu altar, seu fogo sagrado e seu chefe (12).

Várias gerações se passaram, durante as quais o grupo dos cecrópidas, insensivelmente, adquiriu mais importância. Desse período ficou a lembrança de uma luta sangrenta, que sustentaram contra os Eumópidas de Elêusis, e cujo resultado foi a submissão destes últimos, com a única condição de conservar o sacerdócio hereditário de sua divindade (13). Cremos que houve outras lutas e outras conquistas, cuja lembrança se perdeu. O rochedo dos Cecrópidas, onde aos poucos se desenvolveu o culto de Atenas, e que acabou por adotar o nome de sua divindade principal, conquistou a supremacia sobre os outros onze estados. Surgiu então Teseu, herdeiro dos Cecrópidas. Todas as tradições concordam em dizer que ele reuniu os doze grupos em uma cidade. Com efeito,

(10) Plutarco. *Teseu*, 13.

(11) Plutarco, *Teseu*, 14. Póliux, VI, 105. Estêvão de Bizâncio, vº *Echelidai*.

(12) Filócoro, citado por Estrabão, IX, p. 609. Tucídides, II, 15.

Cf. Póliux, VIII, 111.

(13) Pausânias, I, 38.

Teseu conseguiu que toda a Ática adotasse o culto de Atenas Polias, de modo que todo o país desde essa época passou a celebrar em comum o sacrifício das Panatenéias. Antes dêle, cada pequeno burgo tinha seu fogo sagrado e seu pritaneu: ele fêz com que o pritaneu de Atenas fosse o centro religioso de toda a Ática (14). Desde então a unidade ateniense foi fundada; religiosamente, cada cantão conservou seu antigo culto, mas todos adotaram um culto comum; politicamente, cada um conservou seus chefes, seus juízes, seus direitos de assembleia, mas, acima desses governos, tiveram o governo central da cidade (15).

(14) Tucídides, II, 15. Plutarco, Teseu, 24. Cf. Pausânias, VIII, 2. I.

(15) Plutarco e Tucídides afirmam que Teseu destruiu os pritanus locais e aboliu as magistraturas dos burgos. Todavia, se tentou fazê-lo, é certo que não o conseguiu, porque ainda muito tempo depois encontrámos cultos locais, assembléias, reis tribais. Boeckh, Corp. inscr., 32, 85. Demóstenes, In Theocrinem. Pólux, VIII, 111. — Deixamos de lado a lenda de Iom, à qual diversos historiadores modernos parecem haver dado muita importância, apresentando-a como sintoma de uma invasão estrangeira na Ática. Essa invasão não é indicada por nenhum documento. Se a Ática houvesse sido conquistada por esses jônios do Peloponeso, não é provável que os atenienses tivessem conservado tão religiosamente seus nomes de Cecrópidas, Erecteidas, e que, pelo contrário, teriam considerado como injúria c nome de jônios (Heródoto, I, 143). Aqueles que creem nessa invasão dos jônios, e que acrescentam que a nobreza dos eupátridas tem a sua origem, pode-se ainda responder que a maior parte das grandes famílias de Atenas remontam a época bem anterior àquela em que se coloca a chegada de Iom à Ática. Quer isso dizer que os atenienses não sejam jônios em sua maior parte? Eles certamente pertencem a esse ramo da raça helénica. Estrabão nos diz que nos tempos mais remotos a Ática chamava-se Iônia e Ias. Mas se erra quando se quer fazer do filho de Xutos, do herói legendário de Eurípides, o tronco desses jônios; êles são infinitamente anteriores a Iom, e seu nome é talvez muito mais antigo que o dos helenos. Não há razão para se fazer descender desse Iom todos os eupátridas, e apresentar essa classe de homens como uma população conquistadora, que oprimiu pela força uma população vencida. Essa opinião não se apoia sobre nenhum testemunho antigo.

Dessas lembranças e tradições tão precisas, que Atenas conservou religiosamente, parece-nos que surgem duas verdades igualmente manifestas: uma é que a cidade era uma confederação de grupos constituídos antes dela; outra é que a sociedade não se desenvolveu senão paralelamente à religião. Não se saberia dizer se foi o progresso religioso que causou o progresso social; o que é certo é que ambos apareceram ao mesmo tempo, e com notável concordia.

Deveremos considerar atentamente a excessiva dificuldade que havia nas populações primitivas para fundarem sociedades regulares. Não é fácil estabelecer um vínculo social entre criaturas humanas tão diversas, tão livres, tão inconstantes. Para dar-lhes regras comuns, para instituir decretos, e fazer aceitar a obediência, para fazer ceder a paixão à razão, e a razão individual à razão pública, é necessário certamente algo mais forte que a força material, algo mais respeitável que o interesse, mais seguro que uma teoria filosófica, mais imutável que uma convenção; algo que esteja igualmente no fundo de todos os corações, algo que se imponha aos mesmos. Isso é a crença. Não há nada mais poderoso sobre a alma. Uma crença é a obra de nosso espírito, mas nós não temos liberdade para modificá-la a nosso bel-prazer. É nossa criação, mas nós não o sabemos. É humana, e nós a julgamos como um deus. É o efeito de nosso poder, e é mais forte do que nós. Está em nós, não nos abandona, fala-nos a cada instante. Se nos manda obedecer, obedecemos; se nos traça deveres, submetemos-nos. O homem pode muito bem domar a natureza, mas sujeita-se ao pensamento.

Ora, uma antiga crença mandava ao homem que honrasse os antepassados; o culto dos antepassados reuniu a família ao redor de um altar. Daí a primeira religião, as primeiras orações, a primeira idéia do dever, e a primeira moral; daí também a propriedade estabelecida, a ordem de sucessão fixada. Daí enfim, todo o direito privado, e tôdas as regras da organização doméstica. Depois essa crença progrediu, acompanhada pela sociedade. À medida que os homens sentem que têm dimensões comuns, unem-se em grupos mais amplos. As mesmas regras, encontradas e estabelecidas na família, aplicam-se sucessivamente à fratria, à tribo, à cidade.

Abarquemos com o olhar o caminho percorrido pelos homens. Na origem, a família vive isolada, e o homem não conhece senão deuses domésticos, *theòi patròi, dìi gentiles*. Acima da família forma-se a fratria, com seu deus, *theòs phràtrios, Juno curialis*. Em seguida vem a tribo, e o deus da tribo *theòs phyllos*. Chega-se, enfim, à cidade, e imagina-se um deus que abrange toda a cidade, *theòs polièus, penates publici*. Hierarquia de crenças, hierarquia de associações. A idéia religiosa foi, entre os antigos, o sopro inspirador e organizador da sociedade.

As tradições dos hindus, dos gregos, dos etruscos, contavam que os deuses haviam revelado aos homens as leis sociais. Sob essa forma legendária há uma verdade. As leis sociais foram obra dos deuses; mas êsses deuses, tão poderosos e tão benfeiziços, não eram nada mais que as crenças dos homens.

Essa foi a forma do nascimento do Estado entre os antigos; seu estudo era necessário para podermos considerar em seguida a natureza e as instituições da cidade. Mas devemos fazer aqui uma reserva. Se as primeiras cidades se formaram pela confederação de pequenas sociedades constituidas anteriormente, isso não quer dizer que todas as cidades que conhecemos se formaram do mesmo modo. Uma vez encontrada a organização municipal, não era mais necessário que cada nova cidade recomeçasse o mesmo caminho longo e difícil. Pode muito bem ser que muitas vezes se seguisse a ordem inversa. Quando um chefe, saindo de uma cidade já constituída, ia fundar outra, não levava de ordinário consigo mais que um pequeno número de cidadãos; a elos se juntavam muitas outras pessoas, provenientes de diversos lugares, e que podiam até pertencer a raças diferentes. Mas esse chefe nunca deixou de constituir o novo Estado à imagem daquele que acabava de deixar. Em consequência, dividia o povo em tribos e em fratrias. Cada uma dessas pequenas associações teve um altar, sacrifícios, festas; cada uma imaginou até um antigo herói, que honrou com um culto, e do qual, com o tempo, passou a julgar-se descendente. Muitas vezes sucedeu também, que os homens de certo país viviam sem leis, sem ordem, ou porque a organização social não conseguia se estabelecer, ou por ter sido corrompida e dissolvida por revoluções demasiado

bruscas, como em Cirene e em Thurii. Se um legislador se abalancasse a impor ordem a êsses homens, nunca deixava de começar por reparti-los em tribos e em fratrias, como se não houvesse outro tipo de sociedade. Em cada um desses grupos, instituía um herói epônimo, estabelecia sacrifícios, inaugurava tradições. Era sempre por aí que se começava, se se queria fundar uma sociedade regular (16). Assim procedeu o próprio Platão, ao imaginar a cidade modelo.

CAPÍTULO IV

A CIDADE

Cidade e urbe não eram palavras sinônimas entre os antigos. A cidade era a associação religiosa e política das famílias e das tribos; a urbe, o lugar de reunião, o domicílio, e, sobretudo, o santuário dessa associação (*).

Não devemos imaginar as cidades antigas de acordo com as que costumamos ver nos dias de hoje. Construíram-se algumas casas, e temos uma aldeia. Insensivelmente o número de casas aumenta, e temos a cidade; e, se fôr o caso, acabamos por rodeá-la por um fôsso e uma muralha. Uma cidade, entre os antigos, não se formava com o tempo, pelo lento crescimento do número dos homens e das construções. Fundava-se uma cidade de um só golpe, inteiramente, em um dia.

(16) Heródoto, VI, 161. Cf. Platão, *Leis*, V, 738; VI, 771. Assim, quando Licurgo reforma e renova a cidade de Esparta, a primeira coisa que faz é construir um templo; a segunda, dividir os cidadãos em *phylai* e em *obai*: suas leis políticas sómente aparecem depois (Plutarco, *Licurgo*, 6).

(*) Como em português a palavra *cidade* é empregada em ambos os sentidos (de cidade e de urbe, de cité e de ville), usá-la-emos sempre indiscriminadamente.

Mas era necessário que a cidade fôsse constituída antes, o que era a obra mais difícil, e ordinariamente a mais longa. Uma vez que as famílias, as fratrias e as tribos concordavam em se unir, e em adotar o mesmo culto, logo se fundava a cidade, para ser o santuário desse culto comum. Também a fundação de uma cidade sempre constitui ato religioso.

Por primeiro exemplo, tomaremos Roma, a despeito da reputação de incredulidade que se liga a essa antiga história. Muito se repetiu que Rômulo era chefe de aventureiros, que constituirá um povo chamando para junto de si vagabundos e ladrões, e que todos êsses homens, reunidos sem escolha, haviam construído ao acaso algumas cabanas, para abrigar nelas o fruto de suas rapinas. Mas os escritores antigos apresentaram-no o fato de maneira bem diversa; parece-nos que, se queremos conhecer a antiguidade, devemos apoiar-nos sobre os testemunhos que a mesma nos apresenta. Esses escritores, na verdade, falam de um asilo, isto é, de um recinto sagrado, no qual Rômulo admitiu todos os que se apresentaram, no que seguiu o exemplo dado por muitos dos fundadores de cidades (1). Mas esse asilo não era a cidade, e não foi franqueado sendo depois de fundada e completamente construída a cidade (2). Era um apêndice acrescentado a Roma; não era Roma. Não fazia parte da cidade de Rômulo, porque estava situado nas encostas do monte Capitolino, enquanto a cidade ocupava o planalto do Palatino (3). É importante distinguir nitidamente o duplo

(1) Tito Lívio, I, 8.

(2) É depois de contar a fundação da cidade sobre o Palatino, depois de falar sobre suas primeiras instituições e progressos, que Tito Lívio acrescenta: *Deinde asylum aperit* (Tito Lívio, I, 8).

(3) A cidade, *urbs*, ocupava o Palatino; isso é formalmente afirmado por Dionísio, II, 69; Plutarco, *Rômulo*, 9; Tito Lívio, I, 7 e 33; Varrão, *De Ling. Lat.*, VI, 34; Festo vº *Quadrata*, p. 258; Aulo Gélio, XIII, 14. Tácito, *Annales*, XII, 24, dá o traçado desse recinto primitivo, no qual não se compreendia o Capitolino. — Pelo contrário, o *asylum* estava situado na encosta do Capitolino; Tito Lívio, I, 8; Estrabão, V, 3, 2; Tácito, *História*, III, 71; Dionísio, II, 15; era aliás um simples *lucus*, ou *hierón asylum*, como existia em toda parte, na Itália e na Grécia.

elemento da população romana. No asilo estavam os aventureiros sem eira nem beira; sobre o Palatino estavam os homens vindos de Alba, isto é, homens já organizados em sociedade, distribuídos em gentes e em círquias, com seus cultos domésticos e suas leis. O asilo não é nada mais que uma espécie de aldeia ou subúrbio, onde as cabanas são levantadas ao acaso, e sem regras; sobre o Palatino ergue-se uma cidade religiosa e santa.

Sobre a maneira pela qual essa cidade foi fundada, a antiguidade é pródiga em informações; encontramo-las em Dionísio de Halicarnasso, que as busca em autores mais antigos; encontramo-las em Plutarco, nos *Fastos de Ovídio*, em Catão, o Antigo, que havia consultado os velhos anais, e em outros escritores, que sobre tudo nos devem inspirar grande confiança, o sábio Varrão e o sábio Vérrio Flaco, que Festo nos conservou em parte, ambos muito informados acerca das antiguidades romanas, amigos da verdade, nada crédulos, e que conheciam muito bem as regras da crítica histórica. Todos êsses escritores nos transmitiram a lembrança da cerimônia religiosa, que havia marcado a fundação de Roma, e todos os atos; vimos em seguida que essa religião os havia testemunhado.

Não é raro encontrarmos entre os antigos fatos que nos espantam; seria isso motivo para falar em fábulas, sobretudo se êsses fatos, que tanto se afastam das idéias modernas, concordam perfeitamente com as dos antigos? Vimos em sua vida privada, uma religião que regravava todos os direitos; vimos em seguida que essa religião os havia constituído em sociedade; depois disso, por que nos devemos admirar se a fundação de uma cidade constituiu ato sagrado, e que o próprio Rômulo tenha obedecido a ritos que eram observados em toda parte?

O primeiro cuidado do fundador é escolher o local da nova cidade. Mas essa escolha, coisa grave, e da qual se crê depender o destino do povo, sempre foi deixada à decisão dos deuses. Se Rômulo fosse grego, teria consultado o oráculo de Delfos; se fosse sannita, teria seguido o animal sagrado, o lobo ou o picanço. Latino, muito vizinho dos etruscos, iniciado na ciência augural (4),

(4) Cícero, *De divin.*, I, 17. Plutarco, *Camilº*, 32. Plínio, XIV, 2; XVIII, 12.

pede aos deuses que lhe revelem sua vontade pelo vôo dos pássaros. Os deuses apontam-lhe o Palatino.

Chegado o dia da fundação, oferece primeiramente um sacrifício. Seus companheiros enfileiram-se ao seu redor; acendem um fogo de ramos, e cada um dêles pula através das chamas (5). A explicação desse rito é que, para o ato que se vai cumprir, é necessário que o povo esteja puro: ora, os antigos julgavam purificar-se de toda mancha física ou moral pulando através da chama sagrada.

Depois que essa cerimônia preliminar preparou o povo para o grande ato da fundação, Rômulo cava um pequeno fôsso de forma circular, onde lança um torrão, por él trazido da cidade de Alba (6). Depois, cada um de seus companheiros, um por um, lança no mesmo lugar um pouco de terra, trazida de seu país de origem. Esse rito é notável, e revela nesses homens um pensamento que é preciso assinalar. Antes de chegar ao Palatino, êles moravam em Alba, ou em alguma outra cidade vizinha. Lá estava seu lar, lá seus pais haviam vivido, e estavam sepultados. Ora, a religião proibia abandonar a terra onde o lar estava fixado e onde repousavam os antepassados divinos. Era preciso, pois, para se livrarem de tôda impiedade, que cada um daqueles homens usasse de uma ficção, e que levasse consigo, sob o símbolo de um torrão de terra, o solo sagrado em que seus antepassados estavam sepultados, e ao qual estavam ligados os manes. O homem não podia mudar-se em levar consigo a terra e seus ancestrais. Era necessário que observasse esse rito para que pudesse dizer, mostrando o novo lugar que adotara: Esta é ainda a terra de meus pais: *Terra patrum, patria*; aqui é minha pátria, porque aqui estão os manes de minha família.

O fôsso onde cada um lançara um pouco de terra chamava-se *mundus*; ora, essa palavra designava, especialmente na antiga língua religiosa, a região dos ma-

nes (7). Dêsse mesmo lugar, segundo a tradição, os manes dos mortos escapavam três vezes por ano, desejosos de rever a luz por um momento (8). Não vemos ainda, nessa tradição, o verdadeiro pensamento dos homens抗igos? Lancando ao fôsso um torrão de terra da antiga pátria, acreditavam encerrar nela também as almas dos antepassados. Essas almas, ali reunidas, deviam receber culto perpétuo, e velar sobre seus descendentes. Rômulo, nesse mesmo lugar, levantou um altar, e acendeu o fogo. Este foi o fogo sagrado da nova cidade (9).

Ào redor dêsse fogo devia erguer-se a cidade, como a casa se eleva ao redor do lar doméstico. Rômulo traça um sulco, que marca os limites. Ainda aqui os mínimos detalhes estão fixados pelo ritual. O fundador deve servir-se de uma rême de cobre; a charrua é puxada por um touro branco e uma vaca da mesma côr. Rômulo, de cabeça coberta, trajando vestes sacerdotais, segura êle mesmo a rabica da charrua, e a dirige, entoando preces. Seus companheiros o seguem, observando religioso silêncio. À medida que a rêmha levanta torrões de terra, largam-nos cuidadosamente para o interior do recinto, a fim de que nenhuma parcela daquela terra sagrada fique do lado do estrangeiro (10).

Esses limites traçados pela religião são invioláveis. Nem o estrangeiro, nem o cidadão têm o direito de transpô-los. Pular por cima dêsse pequeno sulco é ato de impiedade; a tradição romana diz que o irmão do fundador

(7) Plutarco, *Rômulo*, II. Festo, ed. Müller, p. 156. Sérvio, 2.d. *Aen.*, III, 134.

(8) A expressão *mundus patet* designava êsses três dias em que os manes saíam de suas moradas. Varrão, em *Macróbio, Saturn.*, I, 16. Festo, ed. Müller, p. 156.

(9) Ovídio, *Fastos*, IV, 822. O lar mais tarde foi mudado para outro lugar. Quando as três cidades, do Palatino, do Capitólio e do Quirinal, se uniram em uma só, o lar comum do templo de Vesta foi colocado sobre terreno neutro, entre as três colinas.

(10) Plutarco, *Rômulo*, II. Dionísio de Halic., I, 88. Ovídio, *Fastos*, IV, 825 e seg. Varrão, *De Ling. Lat.*, V, 143. Festo, ed. Müller, p. 375. — Essas regras eram tão conhecidas e usadas, que Virgílio, descrevendo a fundação de uma cidade, começa por descrever essa prática (Virgílio, *Aen.*, V, 755).

(5) Dionísio, I, 88.

(6) Plutarco, *Rômulo*, II. Dión Cássio, *Fragm.*, 12. Ovídio, *Fast.*, IV, 821. Festo, vº *Quadrata*.

havia cometido esse sacrilégio, e o havia pago com a vida (11).

Mas, para que se pudesse entrar na cidade, e sair dela, o sulco era interrompido em alguns lugares; para isso Rômulo levantava a relha; êsses intervalos chamavam-se *portae*, as portas da cidade (12).

Sobre o sulco sagrado, ou um pouco atrás, levantam-se depois muralhas, também sagradas (13). Ningém poderá tocá-las, mesmo para restaurá-las, sem permissão dos pontífices. De ambos os lados dessa muralla, um espaço de alguns pés é reservado à religião; chamam-no *pomoerium*; não se permite passar por ali a charrua, nem levantar ali construção alguma (14).

Tal foi, de acordo com uma multidão de testemunhos antigos, a cerimônia da fundação de Roma. Aos que perguntarem como a lembrança dessa cerimônia pôde se conservar até os escritores que no-la transmitiram, responderemos que ela era lembrada cada ano, à memória do povo, por uma festa de aniversário, a que chamavam dia natal de Roma (15). Essa festa foi celebrada em toda a antiguidade, de ano em ano, e o povo romano ainda a celebra na mesma data de outrora, no dia 21 de abril: assim é que os homens, através de suas incessantes transformações, ficam fiéis aos velhos costumes!

Não podemos supor razavelmente que êsses ritos tenham sido imaginados pela primeira vez por Rômulo. Pelo contrário, é certo que muitas cidades antes de Roma foram fundadas da mesma maneira. Varrão disse que êsses ritos eram comuns ao Lácio e à Etrúria. Catão, o Antigo, que, para escrever seu livro *Origines*, havia consultado os anais de todos os povos italianos, informa-nos que ritos análogos eram observados por todos os fundadores de cidades. Os etruscos possuíam livros litúrgicos,

onde estava consignado o ritual completo dessas cerimônias (16).

Os gregos, como os italianos, acreditavam que o local de uma cidade devia ser escolhido e revelado pela divindade. Assim, quando queriam fundar alguma, consultavam o oráculo de Delfos (17). Heródoto assinala como ato de impiedade ou de loucura o fato de o espartano Dória ter ousado construir uma cidade “sem consultar o oráculo, e sem praticar nenhuma das cerimônias prescritas”, e o piedoso historiador não se surpreende ao ver que uma cidade assim construída, contra as regras, não tenha durado mais de três anos (18). Tucídides, recordando o dia da fundação de Esparta, menciona os cantos piedosos e os sacrifícios daquele dia (19). O mesmo historiador nos diz que os atenienses possuíam ritual particular, e que jamais fundavam uma colônia sem obedecê-lo (20). Pode-se ver em uma comédia de Aristófanes um quadro bastante exato da cerimônia usada em tais casos. Quando o poeta imaginou a alegre fundação da cidade das Aves, pensava certamente nos costumes que eram observados na fundação das cidades dos homens; assim, pôs em cena um sacerdote que acendia o fogo invocando os deuses, um poeta que cantava hinos, e um adivinhor que recitava oráculos.

Pausânias percorria a Grécia nos tempos de Adriano. Chegando a Messênia, fêz com que os sacerdotes lhe contassem a história da fundação da cidade de Messena, e assim nos transmitiu sua narrativa (21). O acontecimento não era muito antigo; dera-se nos tempos de Epaminondas. Três séculos antes os messénios haviam sido expulsos de seu país, e desde esse tempo viviam dispersos entre os outros gregos, sem pátria, mas guardando com piedoso cuidado seus costumes e sua religião nacional. Os tebanos queriam reconduzi-los ao Peloponeso, para esta-

(11) Plutarco, *Quest. rom.*, 27.

(12) Catão, citado por Sérvio, *ad Aen.*, V, 755.

(13) Ciceron, *De nat. Deorum*, III, 40. Gaic, II, 8. *Digesto*, I, 8, 8; *ibid.*, 11.

(14) Varrão, V, 143. Tito Lívio, I, 44. Aulo Gélio, XIII, 14, dá a definição que encontrou no livro dos áugures.

(15) Plutarco, *Rômulo*, 12. Píncio, *Hist. Nat.*, XVIII, 66, 247. Cf. *Corpus Inscript. Lat.*, t. I, p. 340-341.

onde estava consignado o ritual completo dessas cerimônias (16).

Os gregos, como os italianos, acreditavam que o local de uma cidade devia ser escolhido e revelado pela divindade. Assim, quando queriam fundar alguma, consultavam o oráculo de Delfos (17). Heródoto assinala como ato de impiedade ou de loucura o fato de o espartano Dória ter ousado construir uma cidade “sem consultar o oráculo, e sem praticar nenhuma das cerimônias prescritas”, e o piedoso historiador não se surpreende ao ver que uma cidade assim construída, contra as regras, não tenha durado mais de três anos (18). Tucídides, recordando o dia da fundação de Esparta, menciona os cantos piedosos e os sacrifícios daquele dia (19). O mesmo historiador nos diz que os atenienses possuíam ritual particular, e que jamais fundavam uma colônia sem obedecê-lo (20). Pode-se ver em uma comédia de Aristófanes um quadro bastante exato da cerimônia usada em tais casos. Quando o poeta imaginou a alegre fundação da cidade das Aves, pensava certamente nos costumes que eram observados na fundação das cidades dos homens; assim, pôs em cena um sacerdote que acendia o fogo invocando os deuses, um poeta que cantava hinos, e um adivinhor que recitava oráculos.

Pausânias percorria a Grécia nos tempos de Adriano. Chegando a Messênia, fêz com que os sacerdotes lhe contassem a história da fundação da cidade de Messena, e assim nos transmitiu sua narrativa (21). O acontecimento não era muito antigo; dera-se nos tempos de Epaminondas. Três séculos antes os messénios haviam sido expulsos de seu país, e desde esse tempo viviam dispersos entre os outros gregos, sem pátria, mas guardando com piedoso cuidado seus costumes e sua religião nacional. Os tebanos queriam reconduzi-los ao Peloponeso, para esta-

(16) Catão, em Sérvio, V, 755. Varrão, I, L, V, 143. Festo, vº *Rituales*, p. 285.

(17) Heródoto, IV, 156; Diodoro, XII, 12; Pausânias, VII, 2; Ateneu, VII, 62.

(18) *ibidem*, V, 42.

(19) Tucídides, V, 16.

(20) *ibidem*, III, 24.

(21) Pausânias, IV, 27.

belecer um inimigo ao lado de Esparta, mas o mais difícil era fazer com que os messênios se decidissem. Epaminondas, que os conhecia como homens supersticiosos, achou volta para a antiga pátria. Aparições miraculosas atestavam que os deuses nacionais dos messênios, que os haviam traído à época da conquista, voltavam a ser-lhes favoráveis. Esse povo timido decidiu-se então a voltar para o Peloponeso, atrás de um exército tebano. Mas nem se podia saber onde levantariam a cidade, porque escolher elas pensavam em reocupar as antigas cidades do recurso o lugar em que se estabeleceriam, não tinham o a Pitia ordinário de consultar o oráculo de Delfos, porque deuses estava do lado de Esparta. Por felicidade, os um sacerdote outros meios de revelar suas vontades; dos deuses de messênios teve um sonho, no qual um estabelecer de sua nação lhe apareceu, e lhe disse que ia a seguir-se sobre o monte Itoma, e que convidava o povo restava. Sendo assim indicado o local da nova cidade, dação, ainda conhecer os ritos necessários para a fundação, mas os messênios os haviam esquecido; eles não podiam, aliás, adotar os dos tebanos, nem de outro povo qualquer, e não sabiam como construir a cidade. Muito a propósito, outro messênio sonhou que os deuses mandavam que se dirigisse ao monte Itoma, procurasse um terra, que se encontrava ao pé de um mítio, e cavasse a nesse local. Ele obedeceu, e descobriu uma urna, trava urna Os gravado folhas de estanho, sobre as quais se encontravam os sacerdotes ritual completo da cerimônia sagrada. que a nos livros imediatamente fizeram cópias, e o inscreveram messênios urna foram sagrados. E ninguém deixou de acreditar que a urna fora ali depositada por um antigo rei dos messênios.

Uma vez da conquista do país. Os sacerdotes de posse do ritual, iniciou-se a fundação; invocaram, em primeiro lugar, ofereceram um sacrifício; invocaram os antigos deuses de Messênia, os Dióspassados, conhecidos e venerados. Todos esses protetores do país, aparentemente o haviam abandonado, de acordo com as crenças dos antigos, no dia em que o inimigo voltar.

Pronunciaram-se fórmulas, que deviam ter por

efeito determiná-los a habitar a nova cidade em comum com os cidadãos. Isso é que era importante: fixar os deuses em sua companhia era o que mais lhes importava, e podemos acreditar que a cerimônia religiosa não tivesse outra finalidade. Assim como os companheiros de Rômulo cavaram um fôsso, e acreditaram depositar nêle seus antepassados, assim os contemporâneos de Epaminondas chamavam a si seus heróis, seus antepassados divinos, os deuses do país. Acreditavam assim, por meio de fórmulas e de ritos, ligá-los ao solo que iam ocupar, e encerrá-los dentro dos limites que iam traçar. Assim, diziam-Ihes: “Vinde conosco, ó sérres divinos! Habitai nesta cidade em nossa companhia.” — O primeiro dia transcorreu com êsses sacrifícios e essas preces. No dia seguinte traçaram-se os limites, enquanto o povo cantava hinos religiosos.

Surpreendemo-nos, à primeira vista, quando vemos nos autores antigos que não havia cidade, por mais antiga que fosse, que não pretendesse conhecer o nome do fundador e a data da fundação. É que uma cidade não podia perder a lembrança da cerimônia sagrada que havia marcado seu nascimento, porque cada ano celebrava esse aniversário por um sacrifício. Atenas, como Roma, também festejava seu dia natalício (22).

Muitas vezes acontecia que colonos ou conquistadores se estabeleciam em uma cidade já construída. Não tinham necessidade de construir casas, porque nada lhes impedia a que ocupassem as dos vencidos. Mas eram obrigados a observar a cerimônia da fundação, isto é, tinham de assentear o próprio lar, e fixar em sua nova morada os deuses nacionais. É por isso que lemos em Tucídides e em Heródoto que os dôrios fundaram Esparta, e os jônios Mileto, embora êsses dois povos tivessem encontrado as cidades já construídas, e muito antigas.

Esses costumes nos dizem claramente o que era uma cidade no pensamento dos antigos. Fechada dentro de limites sagrados, estendendo-se ao redor do altar, a cidade era o domicílio religioso, que recebia deuses e homens.

(22) Plutarco, Teseu, 24. Cícero, Pro Sextio, 63, nota que desembocou em Brindisi no dia em que a cidade festejava o aniversário de sua fundação.

Tito Lívio dizia de Roma: “Não há nesta cidade lugar que não esteja impregnado de religião, e que não esteja ocupado por alguma divindade... Os deuses têm nela sua morada.” — O que Tito Lívio dizia de Roma, qualquer um podia dizer da própria cidade, porque, se havia sido fundada de acordo com os ritos, recebera em seu recinto os deuses protetores, que estavam como que implantados em seu solo, e não deviam abandoná-lo jamais. Toda cidade era um santuário; toda cidade podia ser chamada santa (23).

Como os deuses estavam para sempre ligados à cidade, o povo não devia abandonar nunca o local onde seus deuses estavam fixados. A esse respeito havia um acordo mútuo, uma espécie de contrato entre deuses e homens. Os tribunos da plebe disseram certo dia que Roma, devastada pelos gauleses, não era mais que um montão de ruínas, e que a cinco léguas dali havia uma cidade completamente construída e bela, bem situada, e sem habitantes, desde que os romanos a haviam conquistado; era necessário, pois, abandonar Roma destruída, e mudar para Veios. Mas o piedoso Camilo respondeu-lhes: “Nossa cidade foi fundada religiosamente; os próprios deuses designaram seu lugar, e nela se estabeleceram em companhia de nossos pais. Embora em ruínas, ela é ainda a morada de nossos deuses nacionais.” — Os romanos ficaram em Roma.

Algo de sagrado e de divino ligava-se naturalmente àquelas cidades que os deuses haviam levantado (24), e que continuavam a impregnar, com sua presença. Sabemos que as tradições romanas prometiam a Roma a eternidade. Cada cidade tinha tradições semelhantes. Todas as cidades eram construídas para serem eternas.

(23) *Hilos ire* (*Iliada*), *hierai Athénai* (*Aristófanes*, *Cav.*, 1319).
Hierà tés Athenás estin e polis.

(24) *Neptunia Troja, theodmetoi Athénai*. Vide *Teognis*, v. 756
(*Welcker*).